

Restauração e revolução passiva pós-moderna no ciclo neoliberal: um transformismo intelectual de massa*

STEFANO G. AZZARÀ**

1989-1991: uma grandiosa revolução?

Enquanto a Guerra Fria chegava ao fim e na Europa oriental os Estados de economia planificada caíam um após o outro, nos organismos de construção da opinião pública e em medida não menor nas academias do Ocidente, quase que de maneira unânime, mais que de “fim da história” (Fukuyama, 1989 e 1992) se falava do irromper de uma imprevista e arrebatadora “revolução” que teria trazido consigo um conjunto irreversível de “liberações”.¹ Formulado no ápice de uma fase de grande turbulência, esse juízo foi revigorado pela emergência da globalização capitalista – um processo que deu vida a uma nova e gigantesca “compressão espaçotemporal”, para retomar Harvey (1993, p.186, 234, 348-9, 397 ss). – e rapidamente se tornou um dos mais importantes mitos fundadores do mundo unipolar.

De uma revolução de alcance planetário falava e ainda fala, como é natural, o *establishment* liberal.² O liberalismo, deste modo, se apoderava – ao cabo de

* Artigo apresentado originalmente na Historical Materialism Rome Conference 2015, Roma, 17-19 setembro 2015. Tradução de Marcos Aurélio da Silva, professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Professor de História da Filosofia Política na Università degli Studi di Urbino “Carlo Bo”, Itália.

1 Cf. Roberts (1991); Fest (1992); Lévesque (1997); Fejtô (1998); Engel (2009); Dalos (2009); Meyer (2009); Sebestyen (2010); Kotkin e Gross (2010). Uma resenha bibliográfica se encontra em Brown (2010).

2 Cf. Garton Ash (1993); Stokes (1993); Brzezinski (1989); Dahrendorf (1991); Bettiza (2009); Kennedy (1993).

um confronto secular ocorrido também no terreno linguístico e semântico, e provavelmente por uma longuíssima fase histórica – da palavra mais importante da tradição democrático-radical e depois socialista. Da sua perspectiva, de resto, o fazia a plenos direitos: não havíamos talvez assistido naqueles anos a uma arrebatadora sublevação popular, transversal a todas as classes e, portanto, alimentada ativamente também pelos estratos menos abastados, que havia posto para correr regimes de incontestável natureza totalitária? Não haviam estes regimes impedido o acesso ao consumo e ao bem-estar a milhões de pessoas? Não se encontravam estes estratos já privados de qualquer legitimidade, credibilidade e consenso?

Na realidade, já há alguns decênios que o liberalismo havia vencido a batalha pelo controle das ideias e do léxico universalista-progressista que por um certo período havia tolerado ou compartilhado com outras tradições. A partir daquele momento, porém, este controle tornar-se-ia monopolístico, orientando a (re)interpretação dominante do passado, ou do longuíssimo ciclo político iniciado com a Revolução Francesa (o fenômeno do assim chamado revisionismo histórico), mas também a leitura de todos os principais eventos dos decênios seguintes (Losurdo, 1996 e 2007). Para nos fazermos entender, os conceitos de internacionalismo democrático, exportação da democracia e intervenção humanitária, assim como a forma abertamente “revolucionária”, embora colorida, das técnicas de *regime-change* (aplicadas na Ucrânia, no Magrebe e com resultados mais controversos na Síria) são filhas legítimas desta passagem histórica. E são também a enésima prova do fato de que o conceito de revolução se tornou indispensável para a consciência moderna e para as suas exigências de legitimação. Mas isto desde que, ao tomar forma, tornando-se metáfora e até hipérbole publicitária de todo tipo de evento, apareça de modo esvaziado e com seu significado completamente alterado.

De revolução afinal falava, sem se preocupar em esconder a sua “maliciosa satisfação” (*Schadenfreude*) diante dos escombros das democracias populares, a social-democracia europeia.³ Já há um tempo próxima da teoria do totalitarismo e ela mesma em plena mutação – arrastada pela tendência geral de um deslocamento à direita do complexo quadro político datado da metade dos anos 1970 – esta social-democracia lia nos eventos do Leste uma confirmação da inutilidade da filosofia da história marxista e da obsolescência do conflito político-social nas sociedades de consumo; tanto quanto e sobretudo, o sinal da necessidade de uma evolução ulterior da esquerda no exórdio da era da globalização. Ou seja, a necessidade de pôr-se à frente dos imponentes processos econômicos em curso, a fim de dirigi-los e colher as imensas oportunidades neles contidas, reivindicando para si um papel de guia do Ocidente e regenerando-se na forma de uma verdadeira Esquerda Imperial. Para este fim, parecia, pois, não menos urgente redefinir a relação entre Estado e mercado, a ponto de pôr em discussão os limites e o papel do Estado mesmo, a fim responder àquela necessidade prepotente de liberdade,

3 Cf. Habermas (1990); Giddens (1997, 1998); Touraine (1994, 1997).

criatividade e movimento sem limites que emanava das massas de todo o continente, e principalmente dos seus espíritos mais privatistas e animais.

E eis aqui um novo salto de qualidade da social-democracia. Com efeito, novamente quebrado o tabu da guerra no plano internacional, no terreno das políticas econômicas e sociais marchava ela em direção a um indefinido “reformismo”. Reduzindo ao mínimo o papel dos poderes públicos até dissolvê-los ou entregá-los às empreitadas, a social-democracia se punha em sintonia com os setores da sociedade civil transnacionais mais interessados em uma modernização capitalista humanizada. Ou seja, uma modernização em que uma feroz competição entre indivíduos viesse conjugada com alguns resíduos e notadamente com alguma retórica de solidariedade social. Exatamente como as mais brutais políticas de potência contra os países mais fracos, herdeira do tradicional social-chauvinismo de uma parte consistente do movimento operário europeu, punha-se como amante da retórica do humanismo, do direito-humanismo e da democracia global (Losurdo, 2014).

Mas se esta era a posição de duas famílias políticas afinal assimiláveis aos estratos dirigentes do continente europeu, acontecia algo diverso junto às tradições que deveriam ser mais propensas ao antagonismo? Não exatamente. De uma impetuosa revolução na Europa e no mundo inteiro, comparável à onda de liberalização do período 68 e portadora de formas de subjetividade e de novas oportunidades para o próprio socialismo, ou de qualquer modo evocativa de um “outro mundo possível”, falava a esquerda chamada radical (o próprio Harvey antes citado, por exemplo, saudava os fatos da Praça Tiananmen como uma revolução voltada ao igualitarismo mais intransigente, sem se importar com o fato de que os revoltosos tivessem elegido como seu símbolo uma reprodução da Estátua da Liberdade).⁴

E assim também entusiasticamente falava a esquerda “alternativa”, aquela de matriz ecologista, pacifista, feminista e humanitária, que nasceu muitos anos antes em um ambiente cultural desde o início crítico em relação à tradição socialista, e em polêmica com a centralidade que esta tradição atribuía ao trabalho e ao conflito com o capital.⁵ Mas em termos comparáveis se exprimia também a parte mais ampla da esquerda de inspiração marxista, seja aquela de matriz trotskista, seja aquela “libertária”, surgida após Budapeste e sobretudo após Praga, sempre em dissidência com a União Soviética. Uma esquerda refinada e culta, que via subitamente realizadas as próprias previsões relativas à inevitável “implosão” do socialismo real e que por nada no mundo teria perdido a ocasião de afirmar a própria diversidade diante do grosseiro burocratismo oriental.⁶ Removido o campo

4 Cf. Harvey (2007, cap. 5).

5 Para uma resenha, ver Lomellini e Varsori (2013). Ver também Cavarero (1989). Ainda em 2003, Braidotti (2003, p.42) sustentou que “na Europa os anos 1980 foram um período de expansão da democracia social que levou à queda do Muro de Berlim”. Sobre o pensamento ecopacifista, ver Langer (1990; 1992). Para uma visão mais geral, ver Revelli (2001).

6 Cf. Maitan (1996, 1999); Woods (2009); Negri (1996).

dos equívocos da história, o *Verdadeiro* socialismo, um socialismo autenticamente humanista, poderia agora ser com mais facilidade afirmado, e os assim ditos heréticos de um tempo poderiam se considerar os intérpretes mais legítimos para dirigir o novo curso.⁷ O jornal *Il Manifesto*,⁸ com a sua linha político-cultural, foi na Itália o órgão provavelmente mais representativo desta tendência.

Diante de todo este entusiasmo, que muitas vezes ultrapassava os limites daquele messianismo histórico frequentemente imputado ao marxismo, os resultados de uma fase assim conturbada e de uma mobilização ideológica tão intensa se revelaram todavia muito modestos. Hoje, passados quase 30 anos do fim da União Soviética e da concomitante explosão do ciclo neoliberal, é possível fazer um balanço parcial deste paradoxal humanismo capaz de pôr em acordo os vencedores e os derrotados de uma longuíssima fase política. E é possível constatar que se novos conflitos estratégicos desmentiram a fábula – ou o presságio interessado – do fim da história, foi ao mesmo tempo desmentida também a tese não menos fictícia da revolução, tanto que até os intelectuais de orientação liberal-conservadora – Sérgio Romano, como muitos outros – sentiram-se obrigados a externar provocativamente as suas nostalgias pelos anos da Guerra Fria, bem como reavaliar o papel estabilizador – de *Katechon*, para usar os termos da teologia política hoje em voga – do campo socialista.⁹

Longe de inaugurar um período de paz, emancipação universal, progresso e bem-estar generalizado, aquela passagem histórica foi, de fato, o prelúdio para um revigoramento das dinâmicas imperialistas de dominação (e de qualquer modo da guerra contínua e até de um agravamento dos conflitos internacionais entre países aliados), levando a uma dramática piora nas condições de vida das classes subalternas no mundo ocidental e a uma forte deterioração nas relações gerais de trabalho. Tudo isto conduziu, pode-se dizer, a uma configuração nova, mas não menos feroz do controle do capital no plano interno dos países mais avançados, bem como no campo geopolítico, da divisão internacional do trabalho e dos fluxos de comércio. Um fenômeno que foi edulcorado com facilidade nos anos de ouro da globalização, da abertura dos mercados e do crescimento virtual ligado à bolha financeira. Mas que ao fim mostrou o seu vazio mais cruel nos anos da crise do capitalismo atlântico e da resposta neoprotecionista regional à retomada do Terceiro Mundo. E isto a ponto de desencadear uma série de respostas reativas que, com o vago nome de “populismo” ou de “antipolítica”, não deixam hoje de inquietar aquela mesma academia e os mesmos órgãos de opinião pública que tão audaciosamente e seguros de suas previsões haviam se demonstrado no início desta fase.

7 Veja-se também o comportamento de autores como Badiou, Eagleton, Hardt, Jean-Nancy, Negri, Rancière, Žižek (Vários autores, 2011).

8 Jornal publicado pelo grupo dissidente que se organizou nas fileiras do PCI no final dos anos 1960, sob a iniciativa de Rossana Rossanda, Lucio Magri, Valentino Parlato e outros. (N. T.)

9 Cf. Romano (2015); ver também Severino (2003, cap. 1).

Sem entrar no mérito da complexa natureza político-social dos regimes socialistas e também sem querer exprimir um juízo sobre sua história, conseguimos entender que eles – ao contrário do que fora sustentado por diferentes vozes – tinham pelo menos uma relação com as condições gerais das classes subalternas de todo o planeta, com os interesses destas classes e com a capacidade de unir-se, mobilizar-se e lutar de maneira consciente e organizada. E conseguimos compreender também que tinham razão naqueles anos as poucas vozes que, à luz de uma diversa análise dos processos em curso, à entusiasmada categoria de “revolução” tentavam inutilmente opor aquela de “restauração”: uma restauração que, ao abater o fantasma de um bolchevismo já exorcizado há tempos, mais realisticamente atingia a paz no mundo, o *Welfare* ocidental, a democracia moderna e até a própria social-democracia.¹⁰

No longo prazo foi exatamente esta última e mais suspeita categoria que se demonstrou muito mais abrangente e explicativa.

Restauração como retomada das relações de força regressivas e da des-emancipação

O que significa restauração quando falamos das tendências de fundo da história e nas suas interrelações com os eventos políticos? É uma obviedade, e certamente também um lugar comum historiográfico, a afirmação segundo a qual nenhuma restauração pode restaurar efetivamente e até o fundo uma ordem precedente, negando a irreversibilidade do tempo histórico. Assim, por exemplo, a despeito dos Maistre e dos Haller, após Napoleão e o Congresso de Viena, a Europa tornou-se de qualquer modo e inevitavelmente diversa de como se apresentava antes da Revolução Francesa. E a assim chamada “Restauração do trono e do altar” ocorria de fato em um contexto não só geopolítico, mas sobretudo social e cultural todo novo, já maduro para um pleno mundanismo, para a mobilização de massa na vida política ativa e até para os primeiros sintomas de desencanto e niilismo. E por isso se insinuava mais como metáfora que como definição a ser tomada ao pé da letra.

Como notou Gramsci, fornecendo “quadros elásticos” à “luta das classes”, a Restauração havia permitido “à burguesia alcançar o poder sem rupturas clamorosas, sem o aparato terrorista francês”. Enquanto “as velhas classes”, longe de ter rejeitados os seus interesses, “são degradadas de ‘dirigentes’ a ‘governantes’”, embora “não eliminadas e nem mesmo fisicamente suprimidas” (Q.I, §151, p.134).¹¹

De maneira análoga, também hoje não podemos simplesmente registrar um retorno restaurador a um passado pré-revolucionário (um passado que de resto

10 Cf. Losurdo (1993), Canfora (1990, 1993). Menos claro, mas certamente distante do entusiasmo “revolucionário”, são os juízos de Boffa (1995), Karol (1990), Magri (2009).

11 As referências seguidas de Q, número romano e §, dizem respeito aos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, com suas respectivas numerações e parágrafos. (N. T.)

seria bem difícil de identificar: voltamos ao período anterior aos anos 1970? Antes de 1945? Ou ainda antes de 1917?). Embora não irreversíveis como o fluir do tempo, também as conquistas obtidas pelo movimento dos trabalhadores em quase dois séculos de história e conflito mudaram para sempre o contexto no qual ocorre nossa ação. E, como foi notado, não só hoje as necessidades primárias não constituem mais um problema tal como se constituíam no século XIX ou mesmo na primeira metade do século XX, mas grande parte do programa do *Manifesto* de Marx e Engels foi realizado nos aparatos do Estado democrático do século XX; ademais, abrindo caminho no senso comum das massas as formas de uma profunda, não obstante vaga, aspiração à igualdade. Uma aspiração que nem mesmo as grandes mudanças culturais dos últimos decênios puderam até agora extirpar.

Já que a revolução não é simplesmente o movimento das coisas e sua transformação, como frequentemente é entendida, também pelo mesmo motivo a restauração não é o mero movimento em sentido inverso. Já que a revolução não é só o advento do novo, também a restauração não necessariamente significa apenas o retorno do velho. Estas definições formais não explicam nada dos processos históricos e não nos isentam de fornecer um juízo sobre a direção e a qualidade da transformação. Ou seja, não nos isentam de tomar posição sobre os conteúdos político-sociais concretos da transformação histórica, único modo de medida em relação à qual é possível avaliar a natureza progressiva ou regressiva dos processos atuais ou do passado.

O que foi efetivamente restaurado, então, se também a restauração neoliberal conheceu necessariamente um andamento “historicista”? (cf. Q.IV, § 24, p.442). Não certamente as formas pregressas de domínio na política, na sociedade e na economia. Para nos fazermos entender, a precarização estrutural de massa hoje em expansão não é de modo algum o trabalho sob encomenda do pós-guerra, nem mesmo é assimilável de maneira mecânica às formas retóricas que nós mesmos usamos para denunciar – justamente – sua natureza alienante. O que está sendo restaurado são antes de tudo as relações de força entre as classes, ou ainda um determinado grau de desequilíbrio destas relações.

É nesta perspectiva que a história da democracia moderna foi justamente descrita como a história de uma revolução de alcance planetário. É a história do conflito político-social que, de 1848 à idade de ouro do compromisso fordista-keynesiano, consentiu reduzir a distância entre as classes, bem como realizar entre elas um equilíbrio progressivo relativo, no contexto de um reconhecimento crescente e de um conflito altamente formalizado no plano interno e internacional. A crise da democracia moderna hoje em curso, ao contrário, deve ser concebida exatamente como o êxito de um processo de restauração, no sentido de que nela são retomados uma série de elementos e graus de desequilíbrio que tornam a palavra democracia, em todos os níveis, um mero *flatus vocis*. E isto na medida em que põe em discussão o reconhecimento universal no interior e fora das comunidades, através do desmantelamento do *Welfare*, da contestação de toda forma de

redistribuição da renda e do poder por parte do Estado, mas também do boicote dos elementos de igualdade entre as nações.¹²

A retomada de um grau de desequilíbrio específico nada nos diz, obviamente, sobre as formas determinadas que a dominação assumiu – já que estas formas não podem senão mudar no curso do tempo. Ele nos diz apenas que no incessante fluxo energético da luta de classes – o fluxo que mantém de pé as formações econômico-sociais –, a tendência dialética se inverteu. E que a uma fase de ascensão das classes sociais subalternas, e portanto de portentosa emancipação, se seguiu uma fase de retirada estratégica e de des-emancipação que irá durar longamente.

Restauração e revolução passiva

Se não é lícito confundir restauração e revolução é, porém, verdade que, exatamente pelas razões que busquei explicar, a categoria de restauração não é suficiente para compreender o nosso tempo. Também neste caso é a analogia que se coloca diante de nós: como a revolução é na realidade uma *época* de revolução – todo um período no qual o processo histórico não se desenvolve nunca de maneira contínua e linear, mas por contradições e saltos qualitativos, por rupturas e retrocessos –, assim também a restauração é por sua vez uma longa *época* de restauração. Ou seja, uma dominante tendencial que permanece sempre ligada a contra-ataques antagônicos e a pulsões contraditórias.

Há, portanto, sempre uma dialética entre restauração e revolução. E até “a Contrarreforma, como todas as Restaurações, não fora mais que um compromisso e uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo” (Q.III, §71, p.348). Restauração e revolução, pode-se então dizer, estão sistematicamente entrelaçadas, tanto mais que o processo que emancipa um grupo social ou nacional o faz frequentemente como des-emancipação de um outro. E sempre entrelaçados estão também os diversos planos ao longo dos quais estas tendências transcorrem. Planos em que se maturam elementos de revolução e elementos de restauração, frequentemente desenvolvidos de maneira antagônica, mas simultânea, e cujo sentido se pode compreender apenas com grande dificuldade analítica, já que ambos os aspectos fundam suas raízes no terreno comum do conflito enquanto substância ontológica do mundo histórico.

O que acontece, com efeito, quando instâncias políticas revolucionárias encontram expressão no mesmíssimo momento em que um ciclo histórico se inverte conjuntamente com as relações de força entre as classes, ou seja, em coincidência com o acúmulo de impulsos político-sociais regressivos que dão início a uma fase de restauração? Ora, esta mesma revolução pode tornar-se ocasião para uma restauração da maneira como antes assinalamos, isto é, como restauração de uma configuração regressiva no desequilíbrio das relações de força. As instâncias revolucionárias, filhas de um ciclo que se exauriu, ou de um impul-

¹² Ver Azzarà (2014, sobretudo o cap. 1).

so demasiado fraco para afirmar-se, podem ser absorvidas, refuncionalizadas e alteradas de sentido e significado no interior de um processo de contrarrevolução que assume um papel dominante no conflito e no processo histórico.

O radicalismo e a sinceridade das fórmulas revolucionárias mais ardentes ou aparentemente mais inovadoras – estamos pensando nas muitas figuras e fórmulas políticas nas diversas fases da Revolução Francesa, antes ou depois das guerras de libertação (*Befreiungskriege*),¹³ ou nos profundos deslocamentos na orientação política da burguesia europeia após 1948 – encontram assim a própria verdade em uma dramática derrocada que se transforma em uma forma de autoalienação da consciência. Temos aqui uma coisa muito diferente da “aceitação mitigada e camuflada dos princípios contra os quais se havia lutado” (Q.V, §138, p.669): é já o mundo velho que põe à disposição estes princípios. E que deles se serve para rerepresentar-se em cena rejuvenescido a ponto de tornar-se praticamente irreconhecível, tornando supérflua e até falsa a necessidade de um novo ou diverso mundo.

Para darmos um exemplo significativo, esta foi exatamente a dinâmica teorizada de modo explícito pela Revolução conservadora alemã. Seus principais intérpretes, nos anos da República de Weimar, terminaram por evidenciar uma relação entre revolução e restauração na qual era posto a descoberto o mecanismo de funcionamento da história como uma história de hegemonia. Como explicara Arthur Moeller van den Bruck, precisamente com a finalidade de restaurar ou salvar o núcleo mais profundo das posições conservadoras, no momento mesmo em que o conservadorismo tradicional encontrava-se politicamente morto, é que as direitas deveriam enfrentar o desafio da sociedade de massa e de uma inevitável modernização, pondo-se sob o terreno da revolução e da república sem mais ansiar um mundo de nostalgia feudal já decaído. E por esta razão deveriam saber competir com o adversário socialista no terreno dos símbolos, estruturas organizativas e conceitos.¹⁴

De resto, os conceitos universais caros à tradição democrático-revolucionária, que haviam permitido à Entente quebrar a Alemanha imperial, não eram, na realidade, essências metafísicas estabelecidas de uma vez por todas, mas um campo de batalha ideológico. E permaneciam, por isso, à disposição da área política que fosse capaz de avançar a mais eficaz ofensiva hegemônica. Não era o progresso, havia dito Ernest Juenger, o *invólucro* de um processo nada progressivo, ou o anúncio da guerra total? Não significava isto, na realidade, o adestramento de um novo tipo humano de dominador do mundo? E o que dizer daqueles ideais de justiça por meio dos quais já Nietzsche – reinterpretado naqueles anos por um Heidegger que não por acaso com Juenger encontrara fortíssimas consonâncias – havia mostrado a mais obstinada vontade de potência?

13 Referência às revoltas contra a ocupação napoleônica da Alemanha, guiada pelos príncipes, mas com uma notável participação popular. (N. T.)

14 Ver Moeller (1919a; 1919b, p.24 ss. e 45-60); também Moeller (1923, cap. 1, “Revolution”, e cap. 2, Sozialismus).

Não é muito diferente, no entanto, o que ocorre em nossos dias, quando golpes de Estado podem circular no mercado midiático como grandes rebeliões do povo e cada conquista territorial como sua libertação. Em suma, se restaurativo é o *conteúdo* dos processos, do século XX em diante radicalmente “revolucionária” pode e deve por isso ser a sua *forma*. Eis um aspecto do conceito de revolução passiva que Gramsci esboça seguindo Vincenzo Cuoco, e que não por acaso ele mesmo associa ao conceito de revolução-restauração de Edgard Quinet.¹⁵ Como assinalou Peter Thomas, desenvolvendo-o de maneira autônoma no âmbito do materialismo histórico, Gramsci buscava com este conceito compreender “a natureza pacificadora e inclusiva assumida pela hegemonia burguesa” (Thomas, 2015, p.278). Ou seja, “a capacidade da classe dominante de promover ganhos históricos reais e consistentes, que levem a efetivas transformações sociais potencialmente interpretáveis como progressistas”. Uma capacidade que em uma época como a atual é, porém, posta em prática – o que não é nada secundário – “sem um amplo envolvimento das classes subalternas”, mas exatamente “por meio de uma absorção molecular dos seus elementos mais proeminentes em um projeto hegemônico já em andamento”.

Trata-se de um conceito reatualizado recentemente por Jan Rehmann (2009, p.21-2 e 63) em sua análise do nietzscheanismo de esquerda. Um conceito do qual Pasquale Voza e outros autores buscaram deslindar as ambiguidades, analisando os diversos momentos que o constituíram (Voza, 2008) – um termo que descreve específicos “processos de modernização”, por exemplo, a “constituição dos Estados”, ou fases mais gerais, como as “respostas à ‘crise orgânica’ do capitalismo no século XX”? (Burgio, 2008)–, mas que precisa ser ainda investigado em suas implicações. E no qual permanece inalterado, para além das diversas aplicações, o princípio fundamental segundo o qual as classes dominantes reagem “ao subversivismo esporádico e não orgânico das massas populares com ‘restaurações’ que acolhem alguma parte das exigências populares, logo ‘restaurações progressivas’ ou ‘revoluções-restaurações’ ou ainda ‘revoluções passivas’”, as quais dão a impressão de um substancial “progresso” (Q.VIII, §25 p.957). A revolução passiva, é preciso notar, está ligada, no plano lógico, ao conceito de “transformismo”. Conceito que não deve ser entendido como a banal propensão a virar a casaca no plano político ou como uma teorização da traição sistemática, mas como a capacidade do partido moderado de absorver e cooptar, primeiro de maneira molecular e depois de forma organizada, expoentes e grupos da vanguarda das forças populares, estendendo assim gradualmente a própria hegemonia (Q.VIII, §36, p.962).

Revolução passiva e transformismo, portanto. Um par de conceitos que diversos estudiosos, Alberto Burgio entre os primeiros,¹⁶ indicaram como os mais úteis para compreender o nosso tempo. Quando começa de fato a restauração liberal

15 Sobre a história do uso gramsciano deste conceito de Cuoco e seus relativos problemas interpretativos, ver Di Meo (2014).

16 Cf. Burgio (2014, p.50 ss.). Ver também Coutinho (2007) e Frosini (2010, p.225 ss.).

que conduz à grave crise política na qual nos encontramos? E qual é a sua genealogia e real natureza? Trata-se de uma resposta do capital às lutas antagonistas e à explosão das subjetividades do ciclo 1968-77, como sustentou Voza? Ou de um pérfido “plano do capital”, como quer a apologética dos protagonistas daqueles anos e os seus êmulos hodiernos? Ou então esta restauração coincide com aquele ciclo e com as instâncias da contestação orgânica daqueles anos, estando de qualquer modo já inscrita e prefigurada nele, em seu individualismo exasperado e no seu sincretismo eclético que anunciava o pós-moderno? Tem razão a revisão cínica dos apologistas do refluxo (nas suas variantes de direita e de esquerda), ou de algumas das tendências políticas que exatamente em razão dos movimentos daqueles anos foram minadas?

Não se está dizendo que esta seja a única alternativa válida. Como vimos, é possível que por uma heterogênesse dos fins, que figura ao mesmo tempo como um sarcasmo da história, as instâncias emancipatórias mais radicais sejam mesmo reivindicadas no momento em que o ciclo político-social progressivo se inverte. E isto também em aberta polêmica com um percurso secular considerado já deveras imponente diante das novas formas de subjetividade produzidas pelo desenvolvimento econômico. A impositação moderna do projeto de emancipação que esteve na base da ideia de democracia no século XX de certo modo é posta em discussão em nome de uma concepção de liberdade que, partindo do indivíduo, dos seus afetos e desejos, tanto quanto do seu imaginário, pretende ser bem mais subversiva do que aquela que se remete à liberação do trabalho. Infelizmente, esta concepção de liberdade é posta em discussão no momento mais inadequado.

Com efeito, todas estas instâncias ultrarrevolucionárias, certamente autênticas, são propostas precisamente no contexto do predomínio de um processo restaurativo. Em contato com o curso do mundo, elas perdem sua intenção e, ao lado de uma debilidade teórica intrínseca – que deve ser investigada caso a caso –, tornam-se uma coisa completamente diversa. Vale dizer, terminando por dar vida a um fenômeno de transformismo ideológico e político de grande proporção: um fenômeno que torna urgente uma nova análise dos estratos intelectuais e dos seus repentinos reposicionamentos em relação às grandes fraturas históricas e políticas destes decênios.

O pós-68: pós-modernismo como laboratório antropológico da revolução passiva

Um período da nossa história de grande complexidade, em que se conjugaram uma pluralidade de lutas cujo ciclo frequentemente não era coincidente, forneceu o terreno sobre o qual se entrelaçaram impulsos revolucionários e potentíssimas exigências de modernização solicitadas pela reestruturação capitalista.¹⁷ É nesse contexto que se iniciou uma contra ofensiva dos grupos dominantes que conduziu

17 A polêmica sobre a natureza dos eventos de 1968 nasce, pode-se dizer, em tempo real. Ver Viale (1978).

à restauração de um domínio da propriedade tornado já “líquido” (Bauman, 2000, 2003), mas não menos potente do que o era passado.

Ao reintroduzir um desequilíbrio nas relações de força, que despolitizou e tornou inofensivas as subjetividades antagonistas no momento mesmo em que reconhecia algumas exigências de âmbito mais privado, esta restauração não foi capaz, porém de restabelecer o domínio do pré-guerra. E nem poderia fazê-lo: ao contrário, ela assumiu a forma de uma assustadora revolução. Ou uma revolução passiva, através da qual foram “desviadas” (Debord) precisamente as instâncias mais radicais ligadas ao último ciclo de lutas da fase de ascensão do movimento operário, bem como aquelas das novas formas de subjetividade que a difusão do *welfare* e as mudanças na divisão do trabalho haviam desencadeado. Ou ao menos transformadas e absorvidas no interior de uma grande operação de renovação das relações de produção e, sobretudo, das formas de consciência que lhes acompanham.

O caráter desta revolução passiva – entendida como a específica “lógica de um certo tipo de modernização” (Thomas 2015, p.278), mas não como uma “imagem da modernidade *tout court*” (Thomas, 2009, p.155) –, como seria previsível, põe em questão antes de tudo o funcionamento e as responsabilidades da esfera ideológico-cultural. De fato, nas fases históricas que podemos definir de desequilíbrio regressivo crescente – quando, como acontece há alguns decênios, o campo desta esfera não deve sofrer contrapesos, encontrando-se completamente livre –, os interesses simbólicos dominantes não se encontram de todo vinculados a um único paradigma teórico. Eles conseguem facilmente modelar, de maneira flexível, as mais diversas formas de consciência, ocupando às vezes quase todo o espectro da sua fenomenologia, da direita até a extrema esquerda. E precisamente deste modo conseguem dar vida a fenômenos conspícuos de revolução passiva no terreno cultural, mediante os quais incorporam uma parte das instâncias e do imaginário dos grupos a eles contrapostos – e assim dos seus pensamentos e suas palavras de ordem: revolução como liberdade, igualdade como direitos... –, mas alterando-lhes o sentido a ponto de esterilizá-los e torná-los funcionais à própria estratégia hegemônica.

Assim é que as reivindicações e as propostas imediata e subjetivamente ultra emancipatórias dos movimentos de contestação foram cooptadas e tornadas produtivas para um reordenamento e uma modernização das relações sociais de domínio. Transformadas, elas funcionaram como ponte para adequar as formas de autoconsciência e de moral ainda atrasadas e tradicionalistas, próprias das classes subalternas e dos estratos médios da Europa pós-bélica, às necessidades de expansão da sociedade de consumo de modelo americano. Da moral austera à moral liberal, como o disse Domenico Losurdo (2012, p.349).

É também graças a este momento ideológico da revolução passiva que, a partir dos anos 1970, o ciclo histórico-político, que havia caracterizado o conflito social no Ocidente, se inverte e à ascensão das classes subalternas segue-se uma maciça contra-ofensiva da parte das classes dominantes. Iniciava naquele período o fim da democracia moderna e o advento daqueles regimes neobonapartistas e midiáticos que hoje constrói e reestrutura continuamente a opinião pública. A ascensão

das classes subalternas tornou-se possível a partir da sua unificação consciente, condição necessária para que as partes mais fracas da sociedade pudessem agir nos conflitos de modo mais eficaz. A desestruturação da democracia, ao contrário, passou, inevitavelmente, a partir daquele momento, pela desarticulação do sujeito antagonista e até do conceito mesmo de identidade.

Certamente, foi um processo que se desenvolveu predominantemente no terreno da produção e da forma da fábrica. Mas também um processo que não seria possível sem uma paralela transformação radical das formas de consciência, uma transformação que põe exatamente em questão a esfera ideológica e, em medida não secundária, também a filosofia. Nascido e desenvolvido antes de tudo no interior da esquerda intelectual, é precisamente esse conjunto de posições que podemos associar à virada em direção ao pós-modernismo, e que nesta perspectiva pode ser entendido como o aspecto cultural dominante de uma gigantesca passagem de época. Uma passagem na qual revolução passiva e restauração estão entrelaçadas, dando vida a um processo que podemos definir como um involuntário transformismo intelectual de massa.¹⁸

A longa era pós-moderna que conduziu à atual “hipermodernidade global” (Marramao, 2015, p.187) nasceu na esquerda com as melhores das intenções. Vale dizer, com o objetivo de superar os limites de uma “liberdade dos modernos”, que, produto da tradição revolucionária, fora praticada nos séculos XIX e XX como liberdade predominantemente coletiva. Não obstante, ela acabou se transformando no parceiro cultural da restauração neoliberal. E na sua obra de construção de novas formas de consciência, forneceu a chave da revolução passiva na qual estamos agora submersos, e da conseqüente reversão do processo de construção do gênero humano – implícito na dinâmica da mundialização – em uma asfíxiante globalização imposta pelo domínio imperial do Ocidente.

Em Deleuze e em Foucault, em Vattimo, mas também em Furet como em numerosos outros autores,¹⁹ encontramos denúncias frequentemente legítimas das prisões da dialética materialista, da filosofia da história, da antropologia humanista, do totalitarismo jacobino e depois bolchevique. Denúncias que nasciam antes de tudo da reivindicação de uma nova centralidade do indivíduo e dos seus direitos diante das grandes coletividades, bem como da intangibilidade da sua esfera privada após os anos de ferro das guerras e da mobilização total. E exatamente estas exigências legítimas de uma conclusão ou de uma realização efetiva do projeto moderno – ao contestar o primado da razão em nome dos sentimentos e dos desejos, ao pôr em discussão a identidade e até a subsistência mesma das classes sociais, ao deslegitimar a ação consciente e organizada em favor de uma dimensão vital

18 Desenvolvi amplamente estas considerações sobre o pós-modernismo como aspecto cultural da virada neoliberal, e sobre o papel dos intelectuais de esquerda, em Azzarà (2014, cap. 2).

19 Sobre Foucault como pioneiro do neoliberalismo, ver a leitura “herética” dos ensaios contidos em Zamora (2014). Sobre a evolução de Vattimo, remeto ao meu Azzarà (2011), na qual a leitura filosófica do Além-do-homem nietzschiano é posta em relação com o período 1968 e seu sucessivo refluxo. Ver a respeito o clássico Furet (1995).

predominantemente privada, ao negar a ideia mesma de sociedade e sociabilidade e ao reduzir toda a pretensão de transformação do mundo a violência, preferindo as reivindicações de instâncias individuais ligadas aos direitos civis –, exatamente estas exigências, dizíamos, terminaram por convergir, como notou Jan Rehmann, com a redefinição neoliberal da política, legitimando-a a partir da esquerda: não existe a sociedade, mas apenas o indivíduo, pregava Margaret Thatcher em curiosa sintonia seja com Foucault como com Laclau (Laclau; Mouffe, 2011, p.181).

A hegemonia do capital

Nos últimos anos temos assistido a uma confirmação *in vitro* deste fenômeno, ao lado de uma lição formidável de história. No mesmo momento em que a cadeia de comando imperialista decretava a reação mais brutal contra a Grécia, com o fito de advertir todos os súditos das colônias a não ousar infringir o *consensus* neoliberal, nos Estados Unidos ou no centro do Império avançava uma gigantesca onda de revolução passiva (um conceito para o qual se deve dar a mais séria atenção seja ao primeiro quanto ao segundo termo) com o reconhecimento de uma série de demandas das organizações LGBT relativas à união civil homossexual. Imediatamente os mais notórios e influentes nas redes sociais, que vêm modelando as nossas formas de consciência e ação (definindo talvez a própria tipologia antropológica do nosso destino imediato), lançavam um aplicativo que permitia exprimir o nosso apoio com o compartilhamento de uma superposição das cores do arco-íris gay nos avatares das contas de usuários.

Este habilíssimo movimento suscitou a entusiasmada fidelidade de um número desmesurado de pessoas politicamente orientadas à esquerda e ao mesmo tempo deu vida a uma maciça operação de coleta de informações sensíveis em escala planetária. Uma coleta que de maneira inadvertida conseguiu lucrar em cima de uma década de história dos movimentos de luta pelos direitos civis. Ao mesmo tempo, enquanto a satisfação por esta conquista histórica conseguia se exprimir de maneira subalterna, ou seja, em fórmulas simbólicas inócuas e pré-definidas para o uso e consumo de uma grande multinacional, as relações de produção no interior dos diferentes países, como também no interior dos Estados Unidos, continuavam a desequilibrar-se em desvantagem dos grupos mais fracos. Ao passo que a Grécia era posta definitivamente em submissão, sem que nenhum aplicativo com cores branco e azul fosse posto a disposição do vasto público. Aliás, até com o aplauso de uma parte da esquerda, que divisava uma grande vitória política na escolha suicida do governo Tsípras de aplicar o novo *memorandum*.²⁰

Como explicar estas aparentes contradições? A potência hegemônica do capital é, para todos os efeitos, grandiosa. Sobretudo se comparada à fraqueza daqueles que

20 Referência ao acordo assinado pelo governo de Aléxis Tsípras com os credores internacionais que previa um amplo programa de privatização envolvendo portos, aeroportos regionais e o operador do sistema elétrico, além do corte de gastos e aumento de impostos. O acordo foi assinado após os gregos terem votado “não” (61,3%) em um plebiscito sobre o programa de resgate proposto pelo FMI, o BCE e a UE. (N. T.)

deveriam contrastá-la. Não é fácil apreender em tempo real um movimento dialético de nível assim tão elevado, e certamente é longo o caminho para entender os conflitos de nosso tempo em suas mais profundas articulações. E eis que os conceitos de restauração-revolução passiva, bem como aquele de transformismo, nos parecem indispensáveis, já que nos permitem uma revisão autônoma e não subalterna das narrativas autoapologéticas ligadas ao decisivo ciclo de 1968-77 – um ciclo ao qual está vinculada uma parte importante da nossa crise. E nos permite também aprender com os erros teóricos cometidos no passado: os erros de uma crítica da modernidade que terminou por perder a própria bússola, dando vida a intensos fenômenos de transformismo que devemos ainda avaliar em todo o seu alcance.

São categorias válidas para a leitura tanto do passado como da atualidade. Do processo de convergência do *Grande Espaço* europeu em chave neoliberal (do qual nem mesmo a esquerda escapou), até aos angustiastes acontecimentos gregos. Pressupostos conceituais necessários para não deixar ao neoliberalismo, com o cinismo vulgar que frequentemente o acompanha, a narrativa da nossa história e do nosso presente.

Referências bibliográficas

- AZZARÀ, Stefano G. *Un Nietzsche italiano. Gianni Vattimo e le avventure dell'oltrouomo rivoluzionario*. Roma: Manifestolibri, 2011.
- _____. *Democrazia cercasi*. Reggio Emilia: Imprimatur, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *La solitudine del cittadino globale*. Milano: Feltrinelli, 2000.
- _____. *Modernità liquida*. Roma; Bari: Laterza, 2003.
- BETTIZA, Enzo. *1989. La fine del Novecento*. Milano: Mondadori, 2009
- BOFFA, Giuseppe. *Dall'URSS alla Russia*. Roma; Bari: Laterza, 1995.
- BROWN, Archie. *The Rise and Fall of Communism*. London: Vintage, 2010.
- BRZEZINSKI, Zbigniew K. *Il grande fallimento. Ascesa e caduta del comunismo nel XX secolo*. Milano: Longanesi, 1989.
- BURGIO, Alberto. La “rivoluzione passiva” di Antonio Gramsci. *Essere Comunisti*. Ed. online, 6 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.esserecomunisti.it/?p=21356>>.
- _____. *Gramsci. Il sistema in movimento*. Roma: DeriveApprodi, 2014.
- BRAIDOTTI, Rosi. *In metamorfosi. Verso una teoria materialistica del divenire*. Milano: Feltrinelli, 2003.
- CANFORA, Luciano. *La crisi dell'Est e il PCI*. Bari: Dedalo, 1990.
- _____. *Marx vive a Calcutta*. Bari: Dedalo, 1993.
- CAVARERO, Adriana. Per le donne un'occasione da non perdere, *L'Unità*, 18 nov. 1989.
- CONQUEST, Robert. *Reflections on a Ravaged Century*. New York: Norton & Company, 1989.
- COUTINHO, Nelson Carlos. *L'epoca neoliberale: rivoluzione passiva o controriforma?*, 2007. Disponível em: <<http://www.gramscitalia.it/html/coutinho.pdf>>.
- DALOS, György. *Der Vorhang Geht Auf. Das Ende der Diktaturen in Osteuropa*. München: Beck, 2009.
- DAHRENDORF, Ralph. *1989. Riflessioni sulla rivoluzione in Europa*. Roma-Bari: Laterza, 1991.

- DI MEO, Antonio. La “rivoluzione passiva” da Cuoco a Gramsci. Appunti per un’interpretazione. *Filosofia italiana*, 2014. Disponivel em: <<http://www.filosofia-italiana.net/antonio-di-meo-la-rivoluzione-passiva-da-cuoco-a-gramsci-appunti-per-uninterpretazione/>>.
- ENGEL, Jeffrey A. (ed.). *The Fall of the Berlin Wall: The Revolutionary Legacy of 1989*. New York: Oxford University Press, 2009.
- FEJTŐ, François. *La fine delle democrazie popolari. L’Europa orientale dopo la rivoluzione del 1989*. Milano: Mondadori, 1998.
- FEST, Joachim. *Il sogno distrutto*. Milano: Garzanti, 1992.
- FROSINI, Fabio. *La religione dell’uomo moderno. Politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010.
- FUKUYAMA, Francis. The end of History?. *National Interest*, Summer, 1989.
- _____. *La Fine della storia e l’ultimo uomo*. Milano: Rizzoli, 1992.
- FURET, François. *Il passato di un’illusione. L’idea comunista nel XX secolo*. Milano: Mondadori, 1995.
- GARTONASH, Timothy. *The Revolution of ‘89. Witnessed in Warsaw, Budapest, Berlin, and Prague*. New York: Vintage Books, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Oltre la destra e la sinistra*. Boligna: Il Mulino, 1997.
- _____. *The Third Way and its Critics*. London: Polity, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere* (ed. critica a cura di V. Gerratana). Torino: Einaudi, 1975.
- HABERMAS, Jürgen. *La rivoluzione in corso*. Milano: Feltrinelli, 1990.
- HARVEY, David. *La crisi della modernità*. Milano: il Saggiatore, 1993.
- _____. *Breve storia del neoliberalismo*. Milano: Il Saggiatore, 2007.
- KAROLK. S. *Due anni di terremoto politico. URSS 1989/1990*. Milano: Feltrinelli, 1990.
- KENNEDY, Paul. *Verso il XXI secolo*. Milano: Garzanti, 1993.
- KOTKIN, Stephen; GROSS, Jan. *Uncivil Society: 1989 and the Implosion of the Communist Establishment*. London: Modern Library, 2010.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Egemonia e strategia socialista. Verso una politica democratica radicale*. Genova: Il melangolo, 2011.
- LANGER, Alex. *L’Europa dei cittadini non si può fare senza l’Est*, 1990. Disponivel em: <<http://www.alexanderlanger.org/it/33/52>>.
- _____. Per l’Est niente di nuovo: la cortina di ferro non è ancora caduta. *Il Manifesto*, 1º dez. 1992.
- LÉVESQUE, Jacques. The Enigma of 1989: The USSR and the Liberation of Eastern Europe. Oakland: California U.P., 1997. Disponivel em: <<http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft4q2nb3h6&brand=ucpress>>.
- LOMELLINI, Valentine; VARSORI, Antonio. *Dal Sessantotto al crollo del Muro. I movimenti di protesta in Europa a cavallo tra i due blocchi*. Milano: Franco Angeli, 2013.
- LOSURDO, Domenico. Il crollo del “socialismo reale” nell’Est europeo: rivoluzione democratica o restaurazione?. *Marxismo oggi*, 2., 1993.
- _____. *Il revisionismo storico. Problemi e miti*. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- _____. *Il linguaggio dell’Impero. Lessico dell’ideologia americana*. Roma-Bari: Laterza, 2007.

- _____. *Hegel e la libertà dei moderni*. Napoli: La scuola di Pitagora, 2012.
- _____. *La sinistra assente*. Crisi, società dello spettacolo, guerra. Roma: Carocci, 2014.
- MAGRI, Lucio. *Il sarto di Ulm. Una possibile storia del Pci*. Milano: Il Saggiatore, 2009.
- MAITAN, Livio. *Dall'URSS alla Russia: 1917-1995: la transizione rovesciata*. Roma: Datanews, 1996.
- _____. (a cura di). *La Cina di Tiananmen*. Bolsena: Massari, 1999.
- MARRAMAIO, Giacomo. "Tertium datur? Europa e Occidente nell'era globale". In: AA.VV., *Genealogie dell'Occidente*. Torino: Bollati Boringhieri, 2015.
- MEYER, Michael. *The Year That Changed the World: The Untold Story Behind the Fall of the Berlin Wall*. New York: Scribner, 2009.
- MOELLER van den Bruck, Arthur. Nietzsche und der Sozialismus. *Leipziger Illustrierte Zeitung*, 1999a.
- _____. *Das Recht der jüngeren Völker*. München: Piper, 1999b.
- _____. *Das dritte Reich*. Ring-Verlag, Berlin; poi Hanseatische Verlagsanstalt. Hamburg, 1931 sgg., a cura di Hans Schwarz, 1923.
- NEGRI, Antonio. *L'inverno è finito. Saggi sulla trasformazione negata 1989-1995*. Roma: Castelvecchi, 1996.
- REHMAN, Jan. *I nietzscheani di sinistra. Foucault, Deleuze e il postmodernismo: una decostruzione* (a cura di Stefano G. Azzarà). Roma: Odradek, 2009.
- REVELLI, Marco. Oltre il Novecento. *La politica, le ideologie e le insidie del lavoro*. Torino: Einaudi, 2001.
- ROBERTS, Adam. *Civil Resistance in the East European and Soviet Revolutions*. Cambridge: Albert Einstein Institution, 1991.
- ROMANO, Sergio. *In lode della Guerra Fredda. Una controstoria*. Milano: Longanesi, 2015.
- SEBESTYEN, Victor. *Revolution 1989: The Fall of the Soviet Empire*. London: Vintage, 2010.
- SEVERINO, Emanuele. *Dall'Islam a Prometeo*. Milano: Rizzoli, 2003.
- STOKES, Gale. *The Walls Came Tumbling Down: The Collapse of Communism in Eastern Europe*. New York: Oxford U.P., 1993.
- TOURAINÉ, Alain. *Qu'est-ce que la démocratie?*. Paris: Fayard, 1994.
- _____. *Eguaglianza e diversità, I nuovi compiti della democrazia*. Roma-Bari: Laterza, 1997.
- THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. London: Brill, 2009.
- _____. La modernità come rivoluzione passiva. Gramsci e i concetti fondamentali del materialismo storico. In: BOOTHMAN, Derek; GIASI, Francesco; VACCA, Giuseppe (a cura di). *Studi gramsciani nel mondo. Gramsci in Gran Bretagna*. Bologna: Il Mulino, 2015. p.263-84.
- VVAA. *L'idea di comunismo*. Roma: Derive Approdi, 2011.
- VIALE, Guido. *Il Sessantotto Tra rivoluzione e restaurazione*. Milano: Mazzotta, 1978.
- VOZA, Pasquale. *Gramsci e la "continua crisi"*. Roma: Carocci, 2008.
- _____. *L'utopia concreta. Il Sessantotto tra passato e presente*. San Cesario di Lecce: Manni, 2009.

WOODS, Alan. The fall of the Berlin Wall. *In Defence of Marxism*, 9 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.marxist.com/fall-berlin-wall-20-years-later.htm>>.

ZAMORA, Daniel (dir.). *Critiquer Foucault. Les années 1980 et la tentation néolibérale*. Bruxelles: Aden, 2014.

Resumo

Nos anos 1970 o ciclo histórico-político que havia caracterizado o conflito social no Ocidente se inverteu e à ascensão das classes subalternas se seguiu uma maciça contraofensiva das classes dominantes. Inicia aqui o fim da democracia moderna e o advento de um regime neobonapartista e midiático que constrói e reestrutura continuamente hoje a opinião pública. Se a ascensão das classes subalternas fora então possível a partir da sua unificação consciente, condição necessária para que as camadas mais débeis da sociedade pudessem atuar nos conflitos de maneira mais eficaz, a desestruturação da democracia passa hoje inevitavelmente pela desarticulação do sujeito antagonista e até do conceito mesmo de identidade. É um processo que se desenvolveu predominantemente no terreno da produção e na forma da fábrica, mas que também não teria sido possível sem uma paralela transformação das formas de consciência. Vale dizer, uma transformação que põe em questão a esfera ideológica e a filosofia. O pós-modernismo é, nesta perspectiva, o aspecto cultural dominante de uma enorme transformação em que estão interligadas revolução passiva e restauração.

Palavras-chave: Neoliberalismo, neobonapartismo, restauração, pós-modernismo, pós-democracia.

Abstract

In the Seventies the historical-political cycle that marked social conflicts in the West suddenly have been reversed. The rise of the subaltern classes is followed now by a massive counter-charge by the ruling classes. It's the beginning of the end for modern democracy. And it's the coming of a kind of bonapartistic-media-tic system of government that today works building and constantly remodeling public opinion and public sphere. But if the rise of the subaltern classes in XIX and XX had been allowed by their conscious progressive unification, unavoidable condition for an effective management of the conflict, the demolition of modern democracy inevitably implicates now a destructuration of the antagonist subject and and a destructuration of the concept of identity itself. It's a process developing mainly on the soil of production. But his effects would not be possible without a parallel transformation of the form of conscience. A transformation that gives a crucial role to the ideological sphere and to philosophy. Postmodernism is in this perspective the dominant cultural aspect of an enormous transformation in which passive revolution and restoration are interlinked.

Keywords: Neoliberalism, neobonapartism, restauration, postmodernism, post-democracy.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

DOSSIÊ "MARX DUZENTOS ANOS"

Relendo os Grundrisse

João Quartim e Pedro Leão

Os partidos políticos na Grã-Bretanha

Karl Marx

ARTIGOS

Criptomoedas

Paulo Nakatani e Gustavo Moura

Estatismo autoritário: Agamben e Poulantzas

Christos Boukalas

Burguesia interna e capitalismo dependente

Danilo Martuscelli

47